

A "capacitação técnica dos governos municipais" e os conceitos de território, povo e administração

TOMÁS DE VILANOVA MONTEIRO LOPES

ENTRE as questões a serem debatidas no V Congresso Nacional de Municípios figura a "capacitação técnica dos governos municipais".

A matéria oferece ensejo a uma série de observações, ligada que está a problemas básicos do municipalismo brasileiro.

Desde longa data, e por motivos perfeitamente compreensíveis, a vida cultural em nosso países se concentrou nas metrópoles. Estas sempre detiveram o privilégio de tôdas as formas da atividades intelectual organizada, como as escolas de nível superior, as associações científicas e literárias, os jornais, as casa editôras. Para elas afluem os individuos desejosos de ampliar seus horizontes intelectuais, de participar das conquistas da civilização; e raros são os que depois de conhecê-las se dispõem a abandoná-las. A drenagem da cultura das capitais para o interior sempre foi muito precária, por falta de um sistema de comunicações eficiente, daí resultando êsse profundo contraste entre cidades que vivem à maneira do século XX e outras que permanecem num estágio tipicamente colonial.

O subdesenvolvimento do nosso interior é, antes e acima de tudo, um problema de carência de cultura, diante do qual a "capacitação técnica dos governos municipais" terá de assumir a feição de um programa educativo capaz de responder a êstes três itens fundamentais:

- o que ensinar,
- como ensinar e
- a quem ensinar.

O primeiro item envolve o problema da finalidade do ensino, pois é esta que deve dar o conteúdo real do programa a ser executado. Para conhecê-lo, nada mais conveniente do que formular esta simples pergunta:

- Com que objetivo devem os governos municipais receber "capacitação técnica"?

A resposta é óbvia:

- Para melhor desempenharem as funções que lhes cabem face à comunidade, de cujo progresso e bem-estar são os instrumentos essenciais.

Dessas considerações, e desde que concebamos a comunidade, no seu triplíce aspecto de território, povo e organização política, já podemos deduzir

que a "capacitação técnica" deve proporcionar ao Município os meios que lhe permitam alcançar:

- o conhecimento racional de seu território, visando identificar-lhe as peculiaridades e recursos naturais, para a utilização eficiente de umas e outros;
- o conhecimento do povo que habita esse território, seu volume e distribuição, suas condições de saúde, oportunidades de educação, aptidões, sistema de vida, deficiências e características especiais; e
- o conhecimento das modernas técnicas de administração, desde o planejamento das atividades até o efetivo controle de seus resultados.

O campo que a "capacitação técnica" terá de abranger, mesmo na sua fase inicial de tomada de contacto com os problemas do Município, é, como se vê, de uma vastidão considerável. Nele cabe, como exigência da formulação de sua filosofia básica, a discussão de três conceitos, cuja importância provém do fato de em torno deles terem se constituído certos tipos de conduta político-social característicos do subdesenvolvimento. Tais conceitos são os de :

- território,
- povo e
- administração.

Dentre os nossos municípios bem poucos têm dispensado a devida atenção à pesquisa das suas riquezas potenciais e às possibilidades de ampliar suas atividades econômicas. A maioria contenta-se com a exploração das culturas ou da indústria extrativa providas dos tempos da colônia e não são raros os que tendo abandonado essa herança colonial, sem lhe dar sucedâneo, encontram-se hoje a caminho do completo colapso.

Muitas causas explicam essa situação. Há de um lado a falta de recursos para a realização de pesquisas que exigem técnicas difíceis e de alto custo; mas há, de outro lado, a maneira errônea de se conceber o território do município como uma simples soma de propriedades particulares, para as quais, conforme as flutuações da política local, se devem encaminhar os benefícios ou os encargos da ação dos poderes públicos. A preocupação de saber como beneficiar os que se encontram deste lado ou prejudicar os que se encontram do lado oposto, impede que o território do município seja visto como um patrimônio da coletividade e sua fonte de riqueza; obsta o espírito de pesquisa e paralisa a iniciativa, instituindo a estagnação onde deveriam reinar as atividades fecunda e a imaginação criadora.

Da capacitação técnica dos governos municipais deve esperar-se, por tudo isso, uma reformulação do conceito de território, de modo que as noções de "área administrativa" e "potencial econômico" sejam restituídas ao lugar de onde foram desalojadas pela deformação daquele conceito.

Mas se é certo que o território é patrimônio do Município e manancial de seus meios de subsistência, não é menos exato que o grau de sua serventia depende do valor do povo que o habita. Como povo se deve considerar a força de trabalho intelectual e físico de que o Município pode dispor para a elaboração e execução de seus programas de desenvolvimento. Preservar essa força e desenvolvê-la, elevando-lhe o nível educacional, melhorando-lhe as condições de saúde, enfim, aperfeiçoando-lhe o sistema de vida, deve ser o primeiro compromisso do Município para com o seu próprio destino.

Uma concepção assim tão simples e intuitiva é muitas vezes embaçada pelo falso conceito que encara o povo de um ângulo estritamente político-eleitoral, como produto da justaposição de duas partes que se tocam mas não se confundem: a dos correligionários e a dos adversários. Infelizmente êsse conceito altamente nocivo está muito generalizado e a sua atuação como fator do subdesenvolvimento de certas regiões, bem mais profunda do que em geral se supõe, tende a agravar-se com a própria decadência social e econômica que êle estimula.

A capacitação técnica, se pretende ser verdadeiramente, um instrumento de cultura, deve visar do povo no seu exato conceito e, portanto, é iniludível o seu interesse em destruir as concepções artificiais engendradas pela política de cunho meramente eleitoral. Onde esta consegue deturpar até mesmo os conceitos de território e de povo poucas possibilidades tem a administração de ser entendida corretamente.

Quanto mais a debilidade da situação econômica geral limita as possibilidades da iniciativa privada, mais tende a crescer a importância e o poder de atração do serviço público, como empregador, como consumidor, enfim, como detentor dos meios de subsistência e de progresso. E é isso o que acontece na maioria das comunas brasileiras. Numa tal situação, e enfundamento da administração pública a certos grupos políticos mal esclarecidos leva, inevitavelmente, o Município a perder a única arma que lhe resta para lutar contra o subdesenvolvimento, porque o serviço público rebaixa sua perspectiva e seus métodos ao nível de interesse personalistas, e com isso, ao invés de atuar como fator de evolução e bem-estar da comunidade, passa a agravar as divisões no seio do povo e a fomentar o atraso coletivo.

A revisão dos conceitos de território, povo e administração, elementos motivadores da conduta política e social, tem um importante papel a desempenhar na filosofia básica de qualquer movimento tendente a modificar nossa mentalidade em face dos problemas do Município. E a "capacitação técnica dos governos municipais" deve dispensar-lhe a devida atenção.